



Renan Calheiros (E) discute com os líderes as matérias que, prioritariamente, serão tratadas nos próximos cem dias

Crescimento e segurança, prioridades nos cem dias

Propostas relacionadas à segurança pública e ao desenvolvimento do país, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os marcos

regulatórios e a simplificação nos procedimentos para instalar empresas, são prioritárias na agenda dos cem dias para o Senado. **Página 2**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.534 – Brasília, quarta-feira, 14 de fevereiro de 2007



Ao lado de Eliseu Resende (E), Aloizio Mercadante preside reunião da CAE

SEGURANÇA

Proibido corte de verba. Idade penal em debate

Plenário aprova, por unanimidade, projeto de Alvaro Dias que impede bloqueio de recursos. CCJ discute propostas para redução de maioria

Empresa que aplicar em pesquisa pode pagar menos contribuição

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto que incentiva investimentos em pesquisa científica e tecnológica. Pela proposta, que será examinada também pela Comissão de Educação

e pelo Plenário, empresas que investirem nessa área pagarão menos Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A concessão do benefício depende de uma série de requisitos. **Página 5**

Livro gratuito, em braile, para o deficiente visual

O governo pode ser obrigado a oferecer às pessoas com deficiência visual, gratuitamente ou a preço de custo, livros didáticos impressos em braile. A medida está prevista em projeto de lei aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação. **Página 8**

Viana propõe critério ambiental em licitações

Projeto de Tião Viana determina, por exemplo, que uma empresa de celulose que não realiza manejo florestal fique proibida de vender a órgãos públicos. Já Mozarildo Cavalcanti acusa países ricos de serem os grandes causadores do aquecimento global. **Página 7**



Garantia de recursos para segurança obteve apoio dos 65 senadores em Plenário

Segundo o projeto votado ontem e que vai ao exame da Câmara, os ministros da Justiça e da Fazenda serão responsabilizados se houver bloqueio dos recursos previstos no Orçamento. O relator Demostenes Torres explicou que, com a aprovação do projeto, a União só poderá deixar de gastar a verba em caso de calamidade pública ou de diminuição da receita. A questão da segurança mobiliza os senadores. Na CCJ, começa hoje a discussão sobre a maioria penal. **Página 3**

PAC, marco legal para agências reguladoras, desburocratização na abertura de empresas e combate à criminalidade entram na pauta dos cem dias

Agenda dá prioridade ao crescimento e à segurança

Propostas relativas à economia, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o marco legal para as agências reguladoras e a simplificação na abertura de empresas, estão entre as prioridades da agenda de cem dias do Senado, anunciada ontem pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, ao sair de encontro com líderes partidários. São igualmente prioritárias, segundo ele, as soluções para os precatórios dos estados e para a segurança pública, como o projeto que livra as verbas do setor do contingenciamento adotado pelo Executivo (veja matéria na página 3).

Renan também sugeriu a vinculação temporária de recursos do Orçamento para a segurança pública, com a definição do papel que caberia à União, aos estados e municípios. Outra solução, conforme disse, seria a criação de um fundo de segurança pública, por meio da regulamentação do artigo 144 da Constituição.

Bicameralismo

Renan Calheiros defendeu a necessidade de maior integração entre as duas Casas legislativas para dar mais agilidade à tramitação de matérias de interesse do país, particularmente a reforma política, a reforma tributária e as diversas matérias sobre segurança pública.

– Vou ter uma conversa com o presidente Arlindo Chinaglia para que matérias aprovadas no Senado andem na Câmara; igualmente, para que as matérias votadas na



Renan defende maior integração entre Senado e Câmara no exame das propostas

Câmara andem no Senado. Isso é o aperfeiçoamento do bicameralismo. Não tem sentido não se apreciar as matérias; pode-se até derrubá-las; o que não pode é engavetá-las – ponderou.

O senador admitiu dificuldades na tramitação das reformas tributária, política e do “pacote antiviolência”, enviado em maio de 2006 à Câmara, que ainda não foram votados. Ele reconheceu, no entanto, os obstáculos decorrentes das medidas provisórias que costumam trancar a pauta de votações.

O encontro entre os presidentes do Senado e da Câmara deverá acontecer ainda nesta semana.

Fundo

Renan Calheiros recebeu ontem a visita da presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Coelho. Em entrevista à imprensa, ela manifestou otimismo sobre a criação de fundo com

recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), previsto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– A preocupação da Caixa como gestora do fundo é ter cada vez mais transparência; é um fundo robusto. Nosso interesse é que seja investido no crescimento, em infra-estrutura; essa é uma preocupação da Caixa – afirmou.

Maria do Carmo assegurou que o trabalhador não estaria correndo riscos, pois o fundo não interfere em suas contas e saldos. Ela explicou que o dinheiro destinado ao fundo é segregado do patrimônio líquido – hoje, segundo ela, superior a R\$ 21 bilhões. O dinheiro no novo fundo, R\$ 5 bilhões, viria do patrimônio líquido, não do ativo de R\$ 170 bilhões, responsável pelo pagamento dos saldos do FGTS dos trabalhadores.

Raimundo Colombo afirma que fará oposição crítica e forte

O recém-eleito senador Raimundo Colombo (PFL-SC), em seu primeiro discurso no Plenário do Senado, disse ontem que é um municipalista e que fará oposição independente, crítica e forte, pois entende que o seu papel é refletir a vontade dos seus eleitores.

– Não me faz nenhum tipo de medo ser oposição – salientou.

Ao defender sua posição em favor dos municípios, o senador observou que, embora fale-se muito em Brasília sobre mortalidade infantil, crise da habitação e reforma tributária, somente no município é possível ver a realidade. Ele afirmou que o Estado brasileiro “é um peso nas costas do povo, embora esteja de costas para este mesmo povo”.

Colombo ainda defendeu a re-



Roosevelt Pinheiro

“Não me faz nenhum tipo de medo ser oposição”, diz o municipalista Colombo

forma política e a recuperação da autoridade pelo político por meio da ética. Ele ressaltou que foi pela falta de ética que os políticos perderam a credibilidade.

– É preciso mudar esse modelo político que premia os maus políticos – concluiu.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão deliberativa

A sessão de hoje é deliberativa e tem início às 14h. O primeiro item da pauta é a proposta de emenda à Constituição que permite aos estados e municípios a utilização direta dos recursos arrecadados pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

Salário-família para empregado doméstico

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 11h30 para analisar, entre outros itens, projeto da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) que dá ao empregado doméstico o direito ao salário-família e a proposta que concede aos empregados em geral adicionais por tempo de serviço.

Evo Morales no Congresso

O presidente da Bolívia, Evo Morales, visita hoje o Congresso e será recepcionado pelos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Renan Calheiros e Arlindo Chinaglia. Com sua visita, Morales inaugura uma nova etapa no diálogo político entre os dois países.

Agricultura

Produtividade é o tema da reunião de hoje, às 11h, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Em pauta, projeto que disponibiliza o ajuste periódico dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade com base em estudos científicos e tecnológicos da agricultura.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Papaléo Paes, César Borges, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Efraim Morais e Magno Malta

Plenário aprova projeto que visa garantir recursos para o combate à violência; CCJ inicia discussão de propostas que reduzem maioria penal

Proibição de corte de verbas para segurança

Por unanimidade dos 65 presentes, o Senado acolheu o projeto de lei (PLS 134/06) que proíbe o governo de cortar despesas previstas no Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional referentes à segurança pública. A proposta de Alvaro Dias (PSDB-PR) recebeu texto substitutivo do relator Demostenes Torres (PFL-GO) e segue agora para análise da Câmara.

Caso o governo insista em contingenciar os recursos, os ministros da Fazenda e da Justiça serão responsabilizados. O projeto também prevê que o Senado acompanhará

periodicamente a execução orçamentária dos programas de segurança, a fim de evitar que ações indevidas do Executivo impeçam os investimentos.

Durante o debate, 13 senadores defenderam a aprovação da matéria. Alvaro Dias lamentou o acúmulo crescente do número de vítimas em nome do cumprimento do superávit primário, do pagamento dos juros da dívida pública e de outras ações. Demostenes Torres explicou que, com a aprovação do projeto, a União só poderá deixar de gastar o recurso previsto se houver quadro de calamidade pública ou ocorrer diminuição da receita, desde que o Congresso aceite.

Ideli Salvatti (PT-SC) opinou que a aprovação do projeto contribuirá para evitar o avanço da criminalidade. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), informou que, diante da conjuntura, o Executivo concordou com a aprovação da matéria.

Para José Agripino (PFL-RN), é fundamental garantir recursos para o funcionamento da máquina de segurança pública. Osmar Dias (PDT-PR) defendeu mais verbas para as polícias e salários dignos para os

policiais.

Por sua vez, Marconi Perillo (PSDB-GO) comentou que a proibição do bloqueio garante um mínimo de recursos para diminuir a criminalidade. César Borges (PFL-BA) pediu a aprovação do projeto de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que estipula o orçamento impositivo.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) opinou que o Senado deu uma resposta ágil à sociedade. Gerson Camata (PMDB-ES) quer agilidade na tramitação da proposta de Antonio Carlos Magalhães que cria o Fundo de Combate à Violência e

Apoio às Vítimas da Criminalidade. Magno Malta (PR-ES) ponderou que o Congresso deve discutir o tema segurança pública permanentemente.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu às assembleias legislativas que aprovelem medida semelhante. Antonio Carlos Magalhães comunicou que o PFL obstruirá a votação de qualquer medida provisória que diga respeito a liberação de crédito até que o orçamento impositivo seja colocado em votação.

A segurança foi ainda tema de cinco pronunciamentos em Plenário.

Renan sugere medidas que estimulem a paz

“A discussão da maioria penal é inevitável.” A afirmação foi feita pelo presidente Renan Calheiros, durante o debate do projeto que proíbe o contingenciamento dos recursos destinados à segurança.

Na avaliação do presidente do Senado, reduzir a maioria penal, por si só, não resolverá o problema da violência no país. Ele destacou que o governo deve ampliar os recursos para a segurança pública, melhorar o salário dos policiais e dotá-los de condições para que possam viver dignamente.

— Os policiais que moram em comunidades dominadas pelo crime organizado são obrigados a ocultar sua profissão. Ou fazem isso ou têm que aderir ao crime.

Renan defendeu a criação de um programa que permita aos policiais adquirir moradia de forma subsidiada.

CCJ debate redução da idade penal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) inicia hoje, a partir das 10h, debate sobre a redução da maioria penal, estabelecida em 18 anos pela Constituição. O parecer do relator Demostenes Torres (PFL-GO), que estipulava a idade de 14 anos, foi modificado ontem e agora fixa o limite de 16 anos para a responsabilização criminal. O relator analisa seis propostas de emenda constitucional.

Demostenes pede a aprovação da proposta que prevê a imputabilidade para maior de 16 anos, “desde que tenha praticado crime hediondo ou de lesão corporal grave e seja constatado que possui idade psicológica igual ou superior a 18 anos, com capacidade para entender o ato ilícito cometido e determinar-se de acordo com esse entendimento”.

Patrícia Saboya



Apenas alterar legislação não coibirá violência

Indignada com a morte do menino João Hélio Fernandes, Patrícia Saboya (PSB-CE) se disse contrária à simples alteração da legislação penal para coibir a prática de violência por crianças e adolescentes.

A senadora defendeu medidas socioeducativas para reduzir a criminalidade, argumentando que muitos menores envolvidos em delitos são oriundos da pobreza, “nascem e crescem sem direito a alimentação, a uma casa, a uma escola, a profissionalização, a um futuro. Sem valores, sem idéias, sem limites”. Patrícia afirmou que a morte do menino trouxe à tona uma reflexão sobre mudanças necessárias na sociedade.

— Que país é este? — indagou ela, citando Renato Russo, para conclamar a sociedade “doente” a uma reflexão.

Pedro Simon



Carta aberta à mãe do menino João Hélio

Em Plenário, Pedro Simon (PMDB-RS) leu uma “carta aberta” à mãe do menino João Hélio, na qual lamenta a dilaceração da família, o uso de drogas e os valores distorcidos transmitidos pela televisão.

— O gênero humano se distanciou dos seus próprios conceitos de benevolência, de clemência e de compaixão — disse o senador na mensagem dirigida a Rosa Cristina Fernandes.

Simon observou, entretanto, que não há diferença, na dor, entre o favelado que atira nas esquinas e um dirigente que manda despejar mísseis sobre cidades inteiras.

— Quantas serão as mães de Bagdá que choram a morte de seus pequenos inocentes, meninos da guerra trucidados em nome do poder e da ganância? — indagou.

Gerson Camata



Congresso precisa ter mais poder de decisão

Para Gerson Camata (PMDB-ES), o Congresso precisa ter mais poder para resolver questões relativas à violência. O senador, que se disse favorável à redução da maioria penal, é autor do requerimento solicitando a criação da Comissão Mista João Hélio Fernandes. Caso aprovado, o colegiado terá prazo de 30 dias para apresentar medidas que reforcem a segurança e endureçam a punição para os que cometem crimes bárbaros.

Camata lembrou que o chamado “pacote da segurança”, aprovado pelo Senado no ano passado diante da eclosão da crise da segurança em São Paulo, aguarda deliberação pela Câmara dos Deputados, mas, até agora, não se tomou nenhuma providência em relação a todos os mortos no episódio.

Demostenes Torres



Principais vítimas também são pobres

Ao defender medidas “imediatas” contra a violência, Demostenes Torres (PFL-GO) pleiteou a aprovação de dois projetos de sua autoria: um que reduz para 16 anos a maioria penal e outro que aumenta o prazo de internação de menores para até 25 anos.

Na avaliação do senador, inventou-se no Brasil a tese de que a criminalidade tem como causa apenas a questão social. Ele afirmou estar cansado de ouvir pessoas dizerem que não se deve colocar quem é pobre, vítima da sociedade, na cadeia.

— Os que defendem tal tese se esquecem que as principais vítimas também são pobres. E essas vítimas estão enterradas. É óbvio que temos que oferecer educação de qualidade. Mas nenhum governante do país tomou ainda essa

Almeida Lima



Defesa da maioria aos 16 anos

Favorável à redução da maioria penal no Brasil, Almeida Lima (PMDB-SE) disse considerar o Executivo e o Judiciário os principais responsáveis pelo aumento da criminalidade no país.

— O que o presidente Lula tem feito é contingenciar verbas orçamentárias destinadas à segurança pública.

Para o senador, o Legislativo teria a menor parcela de culpa, em razão de não ter meios de executar as leis. “A Justiça pega um cidadão condenado a 30 anos de cadeia e dá folga para passar o Natal em casa. Como pedem que aumentemos as penas, se elas não são cumpridas?”, questionou.

Ele alertou para a possibilidade de o combate à pobreza não conseguir diminuir a criminalidade. Para justificar, mencionou crimes bárbaros praticados por jovens de famílias ricas.

Informações sobre recursos do Sebrae

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) informações sobre repasses do governo federal para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) entre 2003 e 2005. Também são solicitadas informações sobre repasses do Sebrae a organizações não-governamentais durante o mesmo período. Antonio Carlos diz ter conhecimento de “possíveis favorecimentos” a determinadas ONGs por meio de repasses de recursos do Sebrae.

Viabilidade para novos municípios

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou à Mesa requerimento de informações aos ministérios da Integração Nacional, da Fazenda e das Cidades sobre projeto do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que permite às assembleias legislativas deliberar sobre criação, fusão e desmembramento de municípios. Suplicy quer saber se haverá maior progresso econômico da área do município criado, sem prejuízo para o desenvolvimento daquele que está sendo desmembrado, “ou que compense a criação do novo município”.

Comissão externa para Congonhas

Uma comissão temporária externa, formada pelos três senadores do estado de São Paulo, vai avaliar as condições da pista do Aeroporto de Congonhas. O requerimento (RQS 50/07) que solicita a criação dessa comissão foi aprovado ontem pelo Senado. Seu autor foi Aloizio Mercadante (PT-SP) e, segundo o senador, a comissão – formada por ele, Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma (PFL-SP) – vai apurar junto à Anac e à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) as informações sobre os problemas do aeroporto.

Vai à Câmara projeto que dá aos órgãos fiscalizadores de planos de previdência complementar poderes para acompanhar aplicações financeiras dos fundos de pensão

Senado aprova fiscalização mais ampla sobre previdência privada

O projeto da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios que melhora a fiscalização sobre os fundos de previdência complementar foi aprovado ontem pelos 56 senadores presentes em Plenário. O texto segue agora para apreciação da Câmara dos Deputados.

Fruto dos trabalhos da Subcomissão de Fundos de Pensão da CPI dos Correios, o projeto (PLS 229/06) foi elaborado com o objetivo de dotar os órgãos fiscalizadores da previdência privada da prerrogativa de também investigar diretamente as opera-

ções financeiras realizadas com recursos dos planos de benefícios, como já ocorre com o Banco Central (BC) e com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no âmbito das entidades que compõem o Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Na justificativa da matéria, o então presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), argumenta que os planos de benefícios da previdência complementar acumulam ativos garantidores de benefícios da ordem de R\$ 400 bilhões, abrangendo um universo de cerca de 14 milhões de brasi-

leiros, com enorme potencial de crescimento, decorrendo daí a necessidade de mecanismos mais eficientes de fiscalização.

Durante o encaminhamento da votação da proposta, o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), afirmou que se trata de uma “matéria moralizadora”, com o objetivo de garantir aos órgãos de fiscalização da previdência privada instrumentos para fiscalizar, inclusive, operações financeiras feitas pelos fundos. Para Delcídio, a aprovação de matérias desse tipo caracteriza “o lado positivo das CPIs”.

Contratação de controladores de vôo na pauta do Plenário

As deliberações do Senado voltaram a ser suspensas ontem pela leitura de duas medidas provisórias (MPs) e dois projetos de lei de conversão (PLVs) com prazo de votação vencido. Nesse lote está o PLV 30/07, oriundo da MP 329/06, que autoriza o Ministério da Defesa a realizar a contratação temporária de controladores de tráfego aéreo.

O texto admite a contratação máxima de 60 controladores por meio de processo seletivo simplificado. Os contratos terão validade de dois anos, podendo ser prorrogados por igual período.

Foi lido ainda o PLV 29/07, proveniente da MP 327/06, que veda a pesquisa e o cultivo de organismos geneticamente modificados em terras indígenas e em unidades de conservação. Fica autorizado o plantio de transgênicos em áreas de proteção ambiental, desde que aprovado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. A proposição também autoriza o beneficiamento e a comercialização das fibras de algodoeiros geneticamente modificadas para resistência ao herbicida glifosato da safra 2006.

As demais medidas provisórias (MPs 326 e 330, ambas de 2006) tratam da abertura de créditos extraordinários, sendo a primeira para viabilizar a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e a segunda, em favor de empresas do Grupo Eletrobrás.



Entre Heráclito (D) e Efraim (ao microfone), Renan preside sessão deliberativa do Plenário

Acolhido decreto que disciplina portos secos

O Plenário aprovou ontem o projeto de decreto legislativo (PDS 3/07) que disciplina as relações jurídicas decorrentes da rejeição da chamada medida provisória dos portos secos (MP 320/06). A matéria segue agora para apreciação da Câmara.

Durante a vigência da MP, foram liberadas licenças para o funcionamento de alguns portos secos. O decreto aprovado obriga que as licenças deferidas sejam mantidas, mas com a aplicação do regime jurídico próprio do setor.

Projeto prevê anistia a emigrantes brasileiros

Acolhido em primeiro turno pelo Plenário projeto que anistia os emigrantes brasileiros que tiveram filhos em países fronteiriços mas os registraram como se houvessem nascido no Brasil – fato que configura crime de falsidade ideológica. De acordo com a proposta (PLS 263/06), a anistia terá duração de dois anos a partir da entrada em vigor da lei. O texto seguirá para a Câmara dos Deputados.

A proposta foi apresentada pela CPI da Emigração Ilegal.

Desarquivados projetos de CPI

O Plenário do Senado aprovou ontem o desarquivamento de seis projetos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro. O requerimento para a continuidade da tramitação é do senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

Entre as propostas desarquivadas, que deverão retornar às comissões permanentes onde estavam sendo analisadas, estão o PLS 678/99, sobre a remessa de recursos por não-residentes (contas CC5), e o PLS 681/99, que estabelece a opção de seguro em operações do sistema imobiliário nacional.

Voto de pesar pela morte de radialista

Papaléo Paes (PSDB-AP) apresentou em Plenário, ontem, requerimento de voto de pesar pela morte do radialista da Rádio Amapá FM Osmar Melo. Na justificativa de seu pedido, que dirige condolências à família do jornalista e à direção da emissora de rádio, o senador destacou a habilidade de Osmar Melo em “comunicar notícias e mensagens de otimismo”.

– Homem simples, equilibrado, de grande sensibilidade humana, ele era dedicado em tudo o que fazia. Soube ser profissional, deixando um grande exemplo para todos – ressaltou.

Mão Santa protesta contra paralisação

Mão Santa (PMDB-PI) comentou reportagem do jornal *Correio Braziliense* enfocando a paralisação do atendimento a mães e bebês na maternidade do Hospital da Universidade de Brasília (HUB). O senador ressaltou a carência de neonatologistas (especialistas em recém-nascidos) no hospital, revelando que, dos 20 profissionais que atuavam na unidade, restam apenas oito para cuidar de todo o atendimento, recebendo salário mensal de R\$ 1,2 mil. Segundo Mão Santa, os alunos da residência médica também sofrem a suspensão de suas atividades.

Empresas que apoiarem projetos de geração de conhecimento científico e de inovação tecnológica poderão pagar menos contribuição social

CAE acompanha apuração de acidente no metrô

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) designou um grupo de senadores para acompanhar as apurações do desabamento na obra da linha 4 do metrô de São Paulo, em janeiro. De posse das informações, a comissão espera definir a melhor forma de examinar as demonstrações sobre os contratos de parcerias público-privadas (PPPs). Os parlamentares analisam a hipótese de a CAE avaliar inclusive a execução desses convênios e não apenas se houve atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

De acordo com a lei das PPPs (11.079/04), para formalizar contratos desse tipo, os governos patrocinadores devem observar os limites máximos de endividamento previstos na LRF. Para o presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o dispositivo não é claro sobre os procedimentos que devem ser adotados pela comissão.

– A partir do caso específico de São Paulo, o relator vai sugerir procedimento que firmará jurisprudência sobre a matéria – informou.

Senadores discutem criação de quatro subcomissões

Poderão ser criadas no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos quatro subcomissões para tratar de assuntos ligados à Previdência Social, ao processo orçamentário, à regulamentação da Lei Kandir e ao marco regulatório, comentou ontem o presidente do colegiado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Eliseu Resende (PFL-MG) defendeu a idéia de se conferir caráter temporário à subcomissão que debaterá o marco regulatório, aceita por Delcídio Amaral (PT-MS), autor da proposta. O colegiado discutirá questões sobre telecomunicações, mercado de gás natural, entre outras.

A subcomissão que acompanhará a regulamentação da Lei Kandir foi proposta por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a que discutirá o processo orçamentário por Sérgio Guerra (PSDB-PE), enquanto a da Previdência foi sugerida por Romero Jucá (PMDB-RR). A CAE decidirá sobre os novos colegiados na próxima semana.



Projeto do Executivo aprovado ontem em reunião da CAE será votado em regime de urgência pelo Plenário do Senado

Incentivo fiscal para empresa que investir em pesquisa científica

Empresas que investirem em pesquisa científica e tecnológica poderão ser beneficiadas com novo incentivo fiscal, previsto em proposta do Executivo aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto determina a exclusão, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, dos gastos efetuados pela empresa com pesquisa, que deve ser executada por instituição científica e tecnológica (ICT).

A matéria (PLC 124/06) altera o texto da Lei 11.196/05, que estimula a inovação tecnológica. Para ter acesso ao incentivo, o projeto terá de ser selecionado por um comitê permanente de acompa-

nhamento de pesquisa e inovação tecnológica, com representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e da Educação. A proposta recebeu parecer favorável do relator na CAE, senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Aprovado pela Câmara dos Deputados em dezembro, o projeto tramita no Legislativo em regime de urgência, a pedido do governo. Está sendo simultaneamente examinado na Comissão de Educação (CE), para depois ser apreciado em Plenário, onde, por conta da urgência, irá sobrestar a pauta se não for aprovado até 10 de março.

A proposição determina que os

recursos colocados à disposição da ICT sejam depositados, pela empresa financiadora, em conta bancária mantida em instituição financeira oficial federal. A conta deve ser aberta diretamente em nome da instituição de pesquisa, vinculada à execução do projeto, para ser movimentada apenas com essa finalidade. O projeto beneficiado está impedido de acumular qualquer outro tipo de incentivo previsto na lei que estimula a inovação tecnológica.

Para acelerar a aprovação da proposta, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) retirou emenda apresentada, mas anunciou que irá defender a alteração do texto durante o exame da matéria na Comissão de Educação.

Fabricação de lâmpadas terá regras mais rígidas

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) parecer favorável a projeto da Câmara que estende à fabricação de todos os tipos de lâmpadas as normas que atualmente restringem-se às incandescentes.

Pelo texto acolhido, as lâmpadas fabricadas e comercializadas no país terão, obrigatoriamente, valores de tensão igual ou até 10% superior aos das redes de distribuição de energia elétrica.

De autoria do deputado Luciano Zica, a matéria (PLC 75/04) ainda será submetida ao Plenário. O relator na CAE foi o senador Delcídio Amaral (PT-MS). A proposição modifica a Lei 10.334/01,

que trata da obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes.

Conforme explicação do relator, o problema de incompatibilidade de tensão foi inicialmente observado somente em relação às lâmpadas incandescentes, então a Lei 10.334/01 foi elaborada especificamente para atender a esse segmento do mercado.

– No entanto, no decorrer dos anos, foi verificado que o problema da disparidade de tensão atingia diversos tipos de lâmpadas colocadas posteriormente no mercado. Para assegurar os direitos dos consumidores desses outros tipos de lâmpada, o autor

do PLC 75/04 propõe eliminar a referência explícita às lâmpadas incandescentes – observa Delcídio.

O projeto define ainda que as lâmpadas deverão trazer impressa, em sua embalagem, advertência ao consumidor sobre sua luminosidade, durabilidade em horas e conseqüências de sua utilização em tensões elétricas diferentes daquelas para as quais foram especificadas.

Além disso, estabelece penas de advertência por escrito e multa de R\$ 53,2 mil ao fabricante que não cumprir a norma. Em caso de reincidência, o valor da multa será aplicado em dobro.

Dilma Rousseff fala sobre o PAC

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, deve falar amanhã, às 11h30, sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em audiência pública conjunta promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

A CAE aprovou ainda convites aos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo, para falarem sobre o PAC, e ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. As datas das audiências ainda serão marcadas.

Debates na CAE para embasar decisões

Ao fim de cada mês, a Comissão de Assuntos Econômicos passará a se reunir com técnicos da área econômica, que debaterão com os senadores questões como despesas do Tesouro Nacional e gastos e receitas da Previdência Social. É o que prevê proposta do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) acolhida ontem pelo colegiado. Os encontros antecederão a votação das matérias.

As reuniões com os técnicos não terão caráter de audiências públicas, sendo apenas informativas aos senadores.

Adiado exame de metas monetárias

A CAE decidiu adiar o exame de mensagem do governo (MSF 01/07) com a programação monetária para o primeiro trimestre de 2007, que constava da pauta da reunião realizada ontem. Os parlamentares optaram por deixar a proposta para data posterior à vinda do presidente do Banco Central à comissão, com toda diretoria da instituição, prevista para depois do carnaval.

O requerimento para a audiência com a direção do Banco Central, na forma de convite, foi aprovado na mesma reunião.



Alvaro Dias: carga tributária excessiva é um dos ingredientes do custo Brasil

Alvaro: modelo tributário só beneficia o governo e os bancos

Ao lamentar que a alta carga tributária continue emperrando o desenvolvimento nacional, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a aprovação de um modelo tributário capaz de alavancar o crescimento econômico, melhorar a distribuição de renda e promover a justiça social. Em sua opinião, o modelo atual só beneficia o governo federal,

que a cada mês alcança recordes na arrecadação, e os bancos, que também estão vendo seus lucros se multiplicarem.

– A excessiva carga tributária, sem dúvida, é um dos ingredientes mais robustos do chamado custo Brasil. A sociedade brasileira organizada está alerta e plenamente consciente da escalada de aumentos de alguns

tributos – notadamente aqueles que incidem sobre o faturamento –, comprometendo de forma considerável a competitividade das empresas em nosso país.

A complexidade da realidade tributária brasileira, na avaliação do senador, também é responsável pelo clima de insegurança que se dissemina, na medida em que todos se sentem atemo-

rizados diante da possibilidade de não estarem cumprindo as exigências do Fisco.

Alvaro registrou que o número de tributos, entre impostos, taxas e contribuições, chega a 90. Cerca de 300 normas sobre o assunto são editadas todos os anos, o que já representa 55.767 artigos, mais de 33 mil parágrafos e uma infinidade de incisos e alíneas.

Paim defende creches para filhos de trabalhadores

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu aos senadores apoio a projeto de sua autoria (PLS 298/03) que regulamenta dispositivo da Constituição sobre assistência gratuita em creches e pré-escola para os filhos e dependentes de trabalhadores, desde o nascimento até os seis anos de idade.

– Queremos que esse dispositivo constitucional deixe de ser apenas uma norma, passando a constituir um direito efetivamente assegurado aos beneficiários – disse o senador, lembrando que sua proposta tramita na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), da qual é presidente, e poderá ser votada até 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Em defesa da proposição, Paim ressaltou a importância das creches para a formação do caráter das crianças.

– Os constituintes de 1988 foram sábios em apontar o caminho da responsabilidade social do Estado, mas também da iniciativa privada. Por isso, entendemos que o projeto, ao garantir creches no local de trabalho, torna-se um instrumento de preparação para crianças no futuro – assinalou.

Paim anunciou ainda que a CDH vai realizar um ciclo de debates sobre a violência no Brasil.

Senadores criticam vetos de Lula a projetos da Sudene e da Sudam

Integrantes da Comissão de Desenvolvimento Regional decidem pedir a Renan Calheiros que coloque em votação o corte de recursos das superintendências

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vai pedir ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que coloque logo em votação no Congresso Nacional os vetos presidenciais a artigos dos projetos de lei que recriaram a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), aprovados no final do ano passado. Basicamente, os artigos vetados pelo presidente Lula garantiam recursos federais definitivos para as duas superintendências.

A decisão foi tomada ontem pelos membros da CDR em reunião informal, marcada para agendar os trabalhos do colegiado nos próximos meses. Segundo Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor da proposta, os vetos presidenciais descaracterizaram a recriação da Sudene e da Sudam. Patrícia Saboya (PSB-CE) concordou e disse que toda a discussão minuciosa de recriação das duas superintendências foi prejudicada



Lúcia Vânia conversa com Mozarildo (C) e Garibaldi Alves

pelos vetos presidenciais.

Tasso Jereissati (PSDB-CE), ex-presidente da CDR, lamentou os vetos e afirmou que uma agência de desenvolvimento como a Sudene “não pode existir sem recursos”. A presidente da CDR, Lúcia Vânia (PSDB-GO), salientou a necessidade de fortalecer a Sudene e a Sudam.

ACM cobra punição para Waldomiro Diniz

A falta de punição para Waldomiro Diniz, sub-chefe da Casa Civil da Presidência da República durante o primeiro mandato de Lula, foi criticada ontem por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O senador lembrou que, mesmo após três anos da publicação das denúncias pela revista *Época* contra o ex-assessor – flagrado tentando extorquir o bicheiro Carlinhos Cachoeira –, outros envolvidos no episódio, como dirigentes da Caixa Econômica e assessores do Ministério da Fazenda, também não receberam nenhuma punição.

Antonio Carlos leu ainda trechos de editorial da revista *Piauí* que atribui a responsabilidade pela continuidade de atrasos nos aeroportos brasileiros ao ministro da Defesa, Waldir Pires.



Antonio Carlos também lê editorial com críticas a ministro



César Borges lembra que Neylton controlava planilha de pagamento

César Borges quer esclarecer morte de servidor na Bahia

César Borges (PFL-BA) cobrou o esclarecimento do assassinato de Neylton Souto da Silveira, sub-coordenador de contabilidade do setor de gestão plena da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Salvador. Ao fazer uma rápida retrospectiva sobre o episódio, citando informações do jornal *A Tarde*, o pefelista comentou que Neylton controlava uma planilha de pagamento mensal a fornecedores da SMS da ordem de R\$ 25 milhões, em verbas do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo informou, existiriam divergências entre o funcionário morto e uma das acusadas de envolvimento no crime, a ex-consultora técnica do órgão Tânia Maria Pedrosa, que teria sido chefe da vítima na secretaria.



Adelmir: vice-governador está atento aos problemas das comunidades

Adelmir Santana homenageia Paulo Octávio

Em pronunciamento feito ontem, Adelmir Santana (PFL-DF) homenageou o ex-senador e atual vice-governador do Distrito Federal, Paulo Octávio (PFL), que fazia aniversário e acompanhou o discurso do Plenário. Adelmir era suplente do homenageado e ocupou sua vaga no Senado.

Segundo Adelmir, Paulo Octávio, “empresário vitorioso do segmento da construção civil” que “optou pela vida pública depois de grande sucesso na iniciativa privada, escolheu a trilha da ética, da transparência e da verdade”. Líder empresarial e duas vezes deputado federal, Paulo Octávio foi eleito senador da República em 2002, com mais de 553 mil votos.

Ainda de acordo com Adelmir, nos últimos anos o vice-governador visitou todas as cidades do Distrito Federal, “sempre atento aos menores problemas de todas as comunidades”. Também teria sido ele o responsável pela articulação de recursos junto ao governo federal para diversas obras do DF e para o fortalecimento do sistema de segurança da capital, assim como pela promoção do turismo nacional e turismo cívico em Brasília.

Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Romeu Tuma (PFL-SP), Mão Santa (PMDB-PI), Pápaléo Paes (PSDB-AP) e Alvaro Dias (PSDB-PR) associaram-se à homenagem.



Paim diz que sua proposta poderá ser votada até o próximo dia 8 de março

Célio Azevedo

Roosevelt Pinheiro

Jane Araújo

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro



Audiência mostra importância de pesquisas na Antártica para estudos do clima na Terra

Especialistas em meio ambiente querem continuidade do Proantar

A importância da continuidade das pesquisas Programa Antártico Brasileiro (Proantar) para uma melhor compreensão das mudanças ambientais e climáticas de todo o mundo foi defendida ontem por especialistas em meio ambiente durante audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A reunião foi promovida com o objetivo de apresentar as realizações do Proantar – que, em 2007, está completando 25 anos de existência – e abordar a importância estratégica, política e econômica da presença brasileira no continente Antártico.

Para a gerente do grupo de avaliação do Ministério do Meio Ambiente, Tânia Brito, a Antár-

tica é um “termômetro da saúde do planeta”.

Os senadores César Borges (PFL-BA) e Patrícia Saboya (PSB-CE) ressaltaram a dedicação dos pesquisadores que trabalham na estação brasileira da Antártica. Valter Pereira (PMDB-MS) criticou o contingenciamento dos recursos orçamentários para o setor de meio ambiente.

O presidente da CMA, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), disse que a audiência foi importante para que os brasileiros conheçam o que o país está fazendo para evitar o aquecimento do planeta.

Sessão

O Plenário do Senado aprovou ontem a realização de uma sessão especial, em 13 de março, para homenagear o Proantar.

Senador apresenta projeto para que a sustentabilidade ambiental seja um critério exigido das empresas que venderem a órgãos públicos

Tião Viana defende regras ambientais para licitações

A adoção de critérios ambientais nos processos licitatórios públicos foi defendida por Tião Viana (PT-AC). O senador informou ter apresentado proposta com esse objetivo.

Segundo Tião Viana, 30% do produto interno bruto (PIB) do país são transferidos para compras governamentais, tanto no âmbito da União quanto de estados e municípios. “É um volume extraordinário de recursos e não temos regras de responsabilidade ambiental a quem vende o produto ou para quem compra”, ressaltou.

O senador disse que o projeto (PLS 25/07) visa à utilização, pelo Brasil, de experiência semelhante à adotada na União Européia há dois anos, intitulada “Comprando Verde”, que inclui o conceito de compras governamentais sustentáveis.

– Por exemplo, uma empresa de



Viana também quer facilitar acesso de auxiliares de enfermagem à universidade

celulose que não realiza manejo florestal fica proibida de vender produtos a órgãos públicos – defendeu.

Tião Viana também informou que o então secretário de Meio Ambiente do Município de São Paulo, Eduardo Jorge, na gestão do prefeito José Serra, adotou a compra de papel reciclado pela prefeitura.

– Com essa atitude, ele estava preservando 2 milhões de árvores em São Paulo. A dimensão desse tipo de matéria é extraordinária – afirmou.

O senador comentou ainda outro projeto de lei de sua autoria, que altera a regulamentação do exercício da enfermagem.

A proposta (PLS 26/07) estabelece que, no prazo de dez anos, todos os auxiliares, técnicos em enfermagem e parteiros que tenham o ensino médio possam ter garantido o acesso à universidade, de modo diferenciado, para o exercício de um curso superior de Enfermagem.

– Com isso, o Brasil vai avançar na qualificação profissional do atendimento clínico de enfermagem aos pacientes – avalia.

O parlamentar concluiu pedindo o apoio dos demais senadores para a aprovação de ambos os projetos.

Marina Silva deverá participar de debate sobre aquecimento

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deverá participar de audiência pública na recém-criada Subcomissão do Aquecimento Global, que funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O presidente da subcomissão, Renato Casagrande (PSB-ES), convidou Marina Silva para falar aos senadores sobre a posição do Brasil em relação à elevação da temperatura da Terra. A audiência será realizada na semana após o carnaval.

A Subcomissão do Aquecimento Global foi criada na última quarta-feira, depois da divulgação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), de estudo indicando que há 90% de probabilidade de a elevação da temperatura da Terra estar sendo causada pela atividade humana, com o lançamento de gases poluentes à atmosfera.

A divulgação das informações foi feita, no início deste mês, em Paris, pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Mozarildo: efeito estufa global é provocado pelos países ricos

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que as queimadas na região amazônica não podem ser consideradas protagonistas do aquecimento global. Na interpretação do senador, “trata-se de uma falsa campanha mundial para que o Brasil seja impedido de explorar adequadamente a floresta”.

– O aquecimento global é, tem sido e vai ser ainda durante muito tempo provocado pelos poderosos, pelos países ricos, por queimarem os combustíveis fósseis em suas fábricas, em seus carros e até nos aviões – ponderou.

Segundo Mozarildo, as queimadas na floresta representam algo em torno de 6% do atual crescimento da temperatura planetária. O senador disse que a Amazônia “nunca foi problema para o país” e que a floresta pode ser a solução para diversos problemas do Brasil, caso seja explorada de maneira racional.

Ele criticou o governo federal por não planejar e sistematizar a exploração de minérios na região, como diamante e titânio, o que acaba favorecendo o contrabando. Mozarildo afirmou não existir um plano de aproveitamento racional



Culpar queimadas na Amazônia pelo clima é uma falsa campanha, diz Mozarildo

da floresta amazônica.

– Há cerca de 250 mil índios e mais de 20 milhões de não-índios, todos brasileiros que estão na Amazônia. Não vejo, por exemplo, a preocupação com esses seres humanos. Nas grandes questões da Amazônia, mostra-se muito a floresta, os rios e os animais, mas não se apresenta de igual forma a situação do homem.

Mozarildo ressaltou ainda que a dificuldade de acesso às assistências médica e social contribui para a desnutrição enfrentada pelos moradores da zona rural amazônica. Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou o discurso.



Diretor da Agência Nacional de Águas entrega o Atlas Nordeste a Renan Calheiros

Agência apresenta ao Senado estudo sobre segurança hídrica

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem do diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, estudo técnico que consolida o planejamento de opções de oferta de água para suprir as atuais e as futuras demandas da região semi-árida nordestina: o *Atlas Nordeste*.

Ao lembrar as preocupações com o aquecimento do planeta e o fato de que o Brasil tem valioso manancial de água doce, Machado disse que a publicação pode significar a grande solução de segurança hídrica para a região

seca do país.

O diretor-presidente da ANA explicou que o *Atlas Nordeste* compreende soluções para um universo de 1.300 municípios, com a previsão de investimento para a implementação de projetos da ordem de R\$ 3,5 bilhões.

Machado definiu os estudos técnicos como um programa de alta relevância social, com todas as condições de tornar-se objeto de um plano plurianual de investimentos, com recursos da União, dos estados e dos municípios e, ainda, os provenientes de parcerias público-privadas (PPPs).

Comissão de Educação aprova oferta gratuita ou a preço de custo de livros didáticos, inclusive para o nível superior, e acesso a obras literárias, técnicas e acadêmicas

Alunos com deficiência visual poderão receber livros em braile

As pessoas com deficiência visual poderão contar com a edição de livros em braile, que serão ofertados gratuitamente ou a preço de custo aos estudantes. Nesse sentido foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação (CE) substitutivo a projeto de lei da ex-senadora Heloísa Helena. A proposta, relatada pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), altera a lei que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência (Lei 7.853/89).

O projeto (PLS 224/00) obriga o poder público a oferecer, gratuitamente ou a preço de custo, livros didáticos impressos em braile, inclusive para o nível superior, além de garantir o acesso de portadores de deficiência visual a obras literárias, técnicas e acadêmicas com textos em braile. Em seu relatório, Fátima Cleide justifica a importância da aprovação da proposta argumentando que 5% dos alunos matriculados em todos os níveis de educação pública, segundo dados do Censo Escolar de 1999, eram deficientes visuais.



“Precisamos acelerar a acessibilidade das pessoas com deficiência”, diz Fátima

“Aprovar a proposta é necessário para existir, de fato, acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência. Precisamos acelerar esse processo no país”, analisa a senadora no parecer, ao lembrar que a Constituição dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, obrigatoriedade também incorporada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96).

Outra proposta aprovada pela CE foi o projeto que institui 27 de setembro como o Dia Nacio-

nal dos Vicentinos (PLC 108/06). A data foi escolhida em homenagem ao padre Antônio Frederico Ozanan, fundador da Sociedade de São Vicente de Paulo. Duas matérias foram retiradas de pauta, para uma definição sobre o seu encaminhamento: o PLS 346/05, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo, e o PLS 121/05, que institui normas básicas sobre alimentos para estabelecer a obrigatoriedade de informação sobre o valor energético dos produtos, inclusive bebidas, apresentados em propagandas.

Observatório da Educação

O presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), anunciou, no início da reunião, que será distribuída regularmente pela CE uma publicação, no estilo de um *clipping*, que chamou de “Observatório da Educação” – um apanhado de notícias e informações sobre o tema, para que os senadores estejam inteirados a respeito do que vem sendo publicado.

– Colocando todas as informações juntas, teremos um sentimento comum das notícias – justificou o senador.

Ministro da Educação fala sobre Saeb e Enem

A Comissão de Educação aprovou na reunião de ontem requerimento da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) convidando o ministro da Educação, Fernando Haddad, para comparecer à comissão e debater uma agenda para o setor. Ainda não há data definida para a reunião com a presença do ministro.

Marisa Serrano quer que Haddad discuta com os senadores os resultados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) e do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) relativos aos exercícios de 2005 e 2006, que registraram queda no desempenho dos alunos brasileiros. Em média, a nota dos alunos em 2006 foi 5% menor do que em 2005.

– Quando sentimos que os rumos previstos para a educação nacional não estão muito claros



Presidida por Cristovam Buarque, Comissão de Educação irá receber Fernando Haddad

para a sociedade, temos que ouvir o ministro para poder discutir com ele questões fundamentais para a melhoria do ensino, como a ampliação do tempo de permanência dos alunos nas escolas e os salários dos professores – disse.

Para o senador Marconi Perillo (PSDB-GO), o Brasil só vai garantir seu desenvolvimento econômico quando tiver uma educação de qualidade. Já o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) adiantou que pretende discutir

com o ministro a forma como está sendo realizada a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os parlamentares decidiram ainda, na mesma reunião, pedir vista coletiva do projeto de lei do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que trata de planejamento familiar e modifica as normas para permitir esterilização cirúrgica (PLS 284/06).



Ao lado de Heráclito e Maciel (em pé), Maria Luiza Viotti (E) e Maria Dulce Barros na CRE

Aprovadas embaixadoras nas Nações Unidas e em Cabo Verde

O Plenário aprovou ontem a indicação da diplomata Maria Luiza Ribeiro Viotti para representar o Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), sediada em Nova York. Também foi aprovado o nome da diplomata Maria Dulce Silva Barros para o cargo de embaixadora do Brasil em Cabo Verde. Pela manhã, as duas indicações foram acolhidas por unanimidade pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Durante sabatina realizada na comissão, Maria Luiza Viotti – cuja indicação teve como relator o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) –, listou a reforma da estrutura da ONU, a missão internacional de paz no Haiti e o desafio do aquecimento global como os principais temas de atuação nos próximos anos. Ela também apoiou a ampliação do

Conselho de Segurança da ONU, para adequá-lo à atual realidade política internacional, com a inclusão do Brasil no grupo.

A nova embaixadora brasileira em Cabo Verde defendeu a prioridade concedida pelo atual governo brasileiro às relações com a África e disse que o continente “está na ordem do dia”, não só por dispor de recursos naturais como petróleo, ouro, cobre e diamantes, mas também por questões estratégicas.

– A Otan [Organização do Tratado do Atlântico Norte] tem feito cada vez mais exercícios em solo africano. O Brasil faz muito bem em perseguir sua política de aproximação com a África, que tem mais de 30 anos – afirmou.

A mensagem contendo a indicação de Maria Dulce teve como relator o presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

Para Collor, Brasil deve usar bandeira ambiental na luta por vaga na ONU

A candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) deveria ter como principal tema a questão ambiental, sugeriu o senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL). Durante reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizada ontem, ele defendeu a revisão do conceito de segurança mundial.

– Esse conceito deveria incluir a segurança da vida no planeta. Devemos cobrar do atual conselho ações efetivas pela defesa da segurança não por meio de armas e bombas, mas no sentido de salvar milhares de vidas que estão sendo perdidas por motivo de fome e de sede no mundo – disse Collor, ao participar da sabatina da embaixadora designada para representar o Brasil junto à ONU,

Maria Luiza Ribeiro Viotti.

O senador reconheceu que o Brasil não pode ser considerado uma potência econômica ou uma potência bélica, requisitos apontados como necessários ao ingresso no Conselho de Segurança. Mas observou que a sua grande influência nas questões ambientais poderia credenciar o país a participar do colegiado.

Durante a reunião, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou às embaixadoras designadas para representar o Brasil na ONU e em Cabo Verde exemplares de seu livro *Renda Básica de Cidadania*.

A pedido de Suplicy, o presidente da comissão, senador Heráclito Fortes, confirmou para o dia 27 a participação em uma reunião da CRE do ex-embaixador brasileiro em Washington Roberto Abdenur.